Parlamento Europeu

2014-2019



Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores

2017/2065(INI)

6.9.2017

ALTERAÇÕES 1 - 40

Projeto de parecer Daniel Dalton (PE606.248v02-00)

Rumo a uma estratégia comercial digital (2017/2065(INI))

AM\1130544PT.docx PE608.017v01-00

Unida na diversidade

AM_Com_NonLegOpinion

Alteração 1 Dita Charanzová, Jasenko Selimovic, Morten Løkkegaard, Kaja Kallas

Projeto de parecer N.º 1

Projeto de parecer

1. Reitera o seu apoio à estratégia da Comissão intitulada «Comércio para todos»; encoraja a Comissão a continuar a dar prioridade a novas abordagens para facilitar o comércio de bens e serviços digitais e eliminar as barreiras digitais não pautais; considera que devem ser explorados todos os caminhos conducentes a progressos neste domínio;

Alteração

1. Reitera o seu apoio à estratégia da Comissão intitulada «Comércio para todos»; encoraja a Comissão a continuar a dar prioridade a novas abordagens para facilitar o comércio de bens e serviços digitais e eliminar as barreiras digitais não pautais; considera que a União deve desempenhar um papel de liderança na promoção do comércio digital a nível internacional e considera que devem ser explorados todos os caminhos conducentes a progressos neste domínio;

Or. en

Alteração 2 Jiří Pospíšil

Projeto de parecer N.º 1

Projeto de parecer

1. Reitera o seu apoio à estratégia da Comissão intitulada «Comércio para todos»; encoraja a Comissão a continuar a dar prioridade a novas abordagens para facilitar o comércio de bens e serviços digitais e eliminar as barreiras digitais não pautais; considera que devem ser explorados todos os caminhos conducentes a progressos neste domínio;

Alteração

1. Reitera o seu apoio à estratégia da Comissão intitulada «Comércio para todos»; encoraja a Comissão a continuar a dar prioridade a novas abordagens para facilitar o comércio de bens e serviços digitais e eliminar as barreiras digitais não pautais; considera que devem ser explorados todos os caminhos conducentes a progressos neste domínio; salienta que é de primordial importância reforçar a competitividade das empresas europeias no mercado mundial a fim de explorar plenamente o potencial económico da UE;

Or. en

Alteração 3 Evelyne Gebhardt

Projeto de parecer N.º 1-A (novo)

Projeto de parecer

Alteração

1-A. Toma em consideração o facto de a proteção dos dados ser um direito fundamental europeu e não um obstáculo ao comércioe que os consumidores confiam neste direito e em outras normas europeias como a proteção dos consumidores no comércio digital;

Or. de

Alteração 4 Birgit Collin-Langen

Projeto de parecer N.º 1-A (novo)

Projeto de parecer

Alteração

1-A. 1-A. Solicita que, em geral, sejam identificados e eliminados os obstáculos ao comércio digital no mercado interno;

Or. de

Alteração 5 Jiří Pospíšil

Projeto de parecer N.º 1-A (novo)

Projeto de parecer

Alteração

1-A. Observa, neste contexto, a importância do acesso ao mercado para as empresas de telecomunicações da União;

Or. en

Alteração 6 Birgit Collin-Langen

Projeto de parecer N.º 1-B (novo)

Projeto de parecer

Alteração

1-B. Salienta que as PME, as empresas emergentes e as empresas em expansão podem beneficiar do reforço da digitalização e do comércio digital;

Or. de

Alteração 7 Birgit Collin-Langen

Projeto de parecer N.º 1-C (novo)

Projeto de parecer

Alteração

1-C. Realça a necessidade de reforçar a compreensão e o conhecimento da proteção dos consumidores no domínio digital e de que os consumidores estejam melhor informados sobre os seus direitos para que possam participar de forma segura no comércio digital.

Or. de

Alteração 8 Lidia Joanna Geringer de Oedenberg

Projeto de parecer N.º 2

Projeto de parecer

2. Sublinha *pertinentes as* medidas previstas para a Estratégia para o Mercado Único Digital, como as melhorias *do regime jurídico em matéria de comércio*

Alteração

2. Sublinha *a pertinência das* medidas previstas para a Estratégia para o Mercado Único Digital, como as melhorias *introduzidas nos regimes de proteção dos*

AM\1130544PT.docx 5/21 PE608.017v01-00

eletrónico e proteções dos consumidores conexas, a luta contra o bloqueio geográfico e a melhoria da cibersegurança, tanto para a política de comércio externo da UE, como para o Mercado Único:

consumidores, a eliminação do bloqueio geográfico, a promoção da neutralidade da Internet e o reforço da cibersegurança, tanto para a política de comércio externo da UE, como para o Mercado Único;

Or. en

Alteração 9 Nicola Danti

Projeto de parecer N.º 2

Projeto de parecer

2. Sublinha pertinentes as medidas previstas para a Estratégia para o Mercado Único Digital, como as melhorias do regime jurídico em matéria de comércio eletrónico e proteções dos consumidores conexas, a luta contra o bloqueio geográfico e a melhoria da cibersegurança, tanto para a política de comércio externo da UE, como para o Mercado Único;

Alteração

2. Sublinha que as medidas previstas para a Estratégia para o Mercado Único Digital, como as melhorias do regime jurídico em matéria de comércio eletrónico e a proteção dos consumidores que dele resulta, a luta contra o bloqueio geográfico e a melhoria da cibersegurança são elementos vitais para um aprofundamento contínuo do mercado único e contribuem para o reforço da posição negocial da União neste domínio no comércio com países terceiros;

Or. it

Alteração 10 Philippe Juvin

Projeto de parecer N.º 2

Projeto de parecer

2. Sublinha*pertinentes as* medidas previstas para a Estratégia para o Mercado Único Digital, como as melhorias do regime jurídico em matéria de comércio eletrónico e*proteções*dos consumidores*conexas*, a luta contra o bloqueio geográfico e a melhoria da

Alteração

2. Sublinha *a pertinência das* medidas previstas para a Estratégia para o Mercado Único Digital, como as melhorias do regime jurídico em matéria de comércio eletrónico e *a proteção* dos consumidores *que dele resulta*, a luta contra o bloqueio geográfico e a melhoria da cibersegurança,

PE608.017v01-00 6/21 AM\1130544PT.docx

cibersegurança, tanto para a política de comércio externo da UE, como para o Mercado Único; o combate aos materiais e conteúdos ilícitos na Internet, a luta contra a contrafação e a proteção da propriedade intelectual, tanto para a política de comércio externo da UE, como para o Mercado Único:

Or. fr

Alteração 11 Evelyne Gebhardt

Projeto de parecer N.º 2

Projeto de parecer

2. Sublinha*pertinentes as* medidas previstas para a Estratégia para o Mercado Único Digital, como as melhorias do regime jurídico em matéria de comércio eletrónico e*proteções* dos consumidores*conexas*, a luta contra o bloqueio geográfico e a melhoria da cibersegurança, tanto para a política de comércio externo da UE, como para o Mercado Único;

Alteração

2. Sublinha a pertinência das medidas previstas para a Estratégia para o Mercado Único Digital, como as melhorias do regime jurídico em matéria de comércio eletrónico e a proteção dos consumidores que dele resulta, a luta contra o bloqueio geográfico e a melhoria da cibersegurança, tanto para a política de comércio externo da UE, como para o Mercado Único, bem como a necessidade de procurar estabelecer normas europeias à escala mundial, nomeadamente em matéria de proteção de dados, de forma a impedir a corrida à desregulamentação;

Or. de

Alteração 12 Nicola Danti

Projeto de parecer N.º 3

Projeto de parecer

3. Assinala os esforços empreendidos pela OMC para fazer avançar o seu programa de trabalho em matéria de comércio eletrónico; lamenta que os progressos, embora positivos, tenham sido

Alteração

3. Assinala os esforços empreendidos pela OMC para fazer avançar o seu programa de trabalho em matéria de comércio eletrónico; lamenta que os progressos, embora positivos, tenham sido

AM\1130544PT.docx 7/21 PE608.017v01-00

PT

lentos a este respeito; insta a Comissão a ser ambiciosa na forma como identifica as questões a abordar no programa; considera que deve ser dada especial atenção ao aumento do número de consumidores envolvidos em procedimentos aduaneiros e em eventuais violações no tocante a bens adquiridos através da Internet; considera que, no contexto das negociações comerciais, deve ser procurada uma taxa de minimis mais elevada:

lentos a este respeito; insta a Comissão a ser ambiciosa na forma como identifica as questões a abordar no programa; considera que, no contexto das negociações comerciais, deve ser procurada uma taxa de minimis mais elevada:

Or. it

Alteração 13 Jiří Pospíšil

Projeto de parecer N.º 3

Projeto de parecer

Assinala os esforços empreendidos 3. pela OMC para fazer avançar o seu programa de trabalho em matéria de comércio eletrónico; lamenta que os progressos, embora positivos, tenham sido lentos a este respeito; insta a Comissão a ser ambiciosa na forma como identifica as questões a abordar no programa; considera que deve ser dada especial atenção ao aumento do número de consumidores envolvidos em procedimentos aduaneiros e em eventuais violações no tocante a bens adquiridos através da Internet; considera que, no contexto das negociações comerciais, deve ser procurada uma taxa de minimis mais elevada;

Alteração

Assinala os esforços empreendidos pela OMC para fazer avançar o seu programa de trabalho em matéria de comércio eletrónico; lamenta que os progressos, embora positivos, tenham sido lentos a este respeito; insta a Comissão a ser ambiciosa na forma como identifica as questões a abordar no programa; considera que deve ser dada especial atenção ao aumento do número de consumidores envolvidos em procedimentos aduaneiros e em eventuais violações no tocante a bens adquiridos através da Internet; considera que, no contexto da simplificação das regras que regem o comércio internacional, deve ser procurada uma taxa de minimis mais elevada:

Or. cs

Alteração 14 Maria Grapini

Projeto de parecer

PE608.017v01-00 8/21 AM\1130544PT.docx

Projeto de parecer

Assinala os esforços empreendidos pela OMC para fazer avançar o seu programa de trabalho em matéria de comércio eletrónico; lamenta que os progressos, embora positivos, tenham sido lentos a este respeito; insta a Comissão a ser ambiciosa na forma como identifica as questões a abordar no programa; considera que deve ser dada especial atenção ao aumento do número de consumidores envolvidos em procedimentos aduaneiros e em eventuais violações no tocante a bens adquiridos através da Internet; considera que, no contexto das negociações comerciais, deve ser procurada uma taxa de minimis mais elevada;

Alteração

3. Assinala os esforços empreendidos pela OMC para fazer avançar o seu programa de trabalho em matéria de comércio eletrónico; lamenta que os progressos, embora positivos, tenham sido lentos a este respeito; insta a Comissão a ser ambiciosa na forma como identifica as questões a abordar no programa; considera que deve ser dada especial atenção ao aumento do número de consumidores envolvidos em procedimentos aduaneiros e em eventuais violações no tocante a bens adquiridos através da Internet, bem como à procura de meios de proteção dos consumidores;

Or. ro

Alteração 15 Philippe Juvin

Projeto de parecer N.º 3

Projeto de parecer

Assinala os esforços empreendidos pela OMC para fazer avançar o seu programa de trabalho em matéria de comércio eletrónico; lamenta que os progressos, embora positivos, tenham sido lentos a este respeito; insta a Comissão a ser ambiciosa na forma como identifica as questões a abordar no programa; considera que deve ser dada especial atenção ao aumento do número de consumidores envolvidos em procedimentos aduaneiros e em eventuais violações no tocante a bens adquiridos através da Internet; considera que, no contexto das negociações comerciais, deve ser procurada uma taxa de minimis mais elevada:

Alteração

3. Assinala os esforços empreendidos pela OMC para fazer avançar o seu programa de trabalho em matéria de comércio eletrónico; lamenta que os progressos, embora positivos, tenham sido lentos a este respeito; insta a Comissão a ser ambiciosa na forma como identifica as questões a abordar no programa; considera que deve ser dada especial atenção ao aumento do número de consumidores envolvidos em procedimentos aduaneiros e em eventuais violações no tocante a bens adquiridos através da Internet, no sentido de defender o princípio da neutralidade da Internet;

Alteração 16 Lidia Joanna Geringer de Oedenberg

Projeto de parecer N.º 3

Projeto de parecer

Assinala os esforços empreendidos 3. pela OMC para fazer avançar o seu programa de trabalho em matéria de comércio eletrónico; lamenta que os progressos, embora positivos, tenham sido lentos a este respeito; insta a Comissão a ser ambiciosa na forma como identifica as questões a abordar no programa; considera que deve ser dada especial atenção ao aumento do número de consumidores envolvidos em procedimentos aduaneiros e em eventuais violações no tocante a bens adquiridos através da Internet; considera que, no contexto das negociações comerciais, deve ser procurada uma taxa de minimis mais elevada;

Alteração

3. Assinala os esforços empreendidos pela OMC para fazer avançar o seu programa de trabalho em matéria de comércio eletrónico; lamenta que os progressos, embora positivos, tenham sido lentos a este respeito; insta a Comissão a ser ambiciosa na forma como identifica as questões a abordar no programa; considera que deve ser dada especial atenção ao aumento do número de consumidores envolvidos em procedimentos aduaneiros e em eventuais violações no tocante a bens adquiridos através da Internet;

Or. en

Alteração 17 Dita Charanzová, Jasenko Selimovic, Kaja Kallas

Projeto de parecer N.º 3

Projeto de parecer

3. Assinala os esforços empreendidos pela OMC para fazer avançar o seu programa de trabalho em matéria de comércio eletrónico; lamenta que os progressos, embora positivos, tenham sido lentos a este respeito; insta a Comissão a ser ambiciosa na forma como identifica as questões a abordar no programa; considera que deve ser dada especial atenção ao aumento do número de consumidores envolvidos em procedimentos aduaneiros e em eventuais violações no tocante a bens

Alteração

3. Assinala os esforços empreendidos pela OMC para fazer avançar o seu programa de trabalho em matéria de comércio eletrónico; lamenta que os progressos, embora positivos, tenham sido lentos a este respeito; insta a Comissão a ser ambiciosa na forma como identifica as questões a abordar no programa; considera que deve ser dada especial atenção ao aumento do número de consumidores envolvidos em procedimentos aduaneiros e em eventuais violações no tocante a bens

PE608.017v01-00 10/21 AM\1130544PT.docx

adquiridos através da Internet; considera que, no contexto das negociações comerciais, deve ser procurada uma taxa de minimis mais elevada; adquiridos através da Internet; considera que, para o efeito, a generalização da utilização de mecanismos, como a resolução de litígios em linha, poderia ser benéfica para os consumidores; considera que, no contexto das negociações comerciais, deve ser procurada uma taxa de minimis mais elevada;

Or. en

Alteração 18 Nicola Danti

Projeto de parecer N.º 3-A (novo)

Projeto de parecer

Alteração

3-A. Considera, neste contexto, que o quadro regulamentar para o comércio eletrónico deve, por um lado, garantir a proteção eficaz dos consumidores contra qualquer infração aquando da aquisição de bens pela Internet e, por outro, a redução dos encargos burocráticos para as microempresas e as PME, que são as que mais beneficiam da visibilidade que proporciona o comércio em linha;

Or. it

Alteração 19 Lidia Joanna Geringer de Oedenberg

Projeto de parecer N.º 3-A (novo)

Projeto de parecer

Alteração

3-A. Observa que, perante a crescente interconexão do mercado, é indispensável suscitar e reforçar a confiança dos consumidores nos serviços em linha; considera que é essencial utilizar instrumentos eficazes, como os sistemas de pagamento em linha seguros e

fiáveis, juntamente com mecanismos de resolução de litígios inovadores, para reduzir as fraudes em linha, combater as práticas desleais e melhorar o acesso à informação sobre os direitos do consumidor e assim facilitar o acesso dos consumidores à justiça;

Or. en

Alteração 20 Dita Charanzová, Jasenko Selimovic, Morten Løkkegaard, Kaja Kallas

Projeto de parecer N.º 3-A (novo)

Projeto de parecer

Alteração

3-A. Solicita à Comissão que analise os acordos em matéria aduaneira e fiscal a fim de garantir que as regras elaboradas apenas para os bens corpóreos não prejudiquem o comércio digital e que procure levar a cabo as reformas necessárias;

Or. en

Alteração 21 Jiří Pospíšil

Projeto de parecer N.º 3-A (novo)

Projeto de parecer

Alteração

3-A. Sublinha a importância de uma informação adequada dos consumidores, a fim de reduzir ao mínimo o número de infrações e sanções e reforçar a confiança no comércio digital;

Or. en

Alteração 22

Dita Charanzová, Jasenko Selimovic, Morten Løkkegaard, Kaja Kallas

Projeto de parecer N.º 3-B (novo)

Projeto de parecer

Alteração

3-B. Considera que os consumidores devem ter acesso a sistemas seguros de pagamento internacional e beneficiar de uma proteção elementar nas transações internacionais; solicita à Comissão que promova e diligencie no sentido da obtenção dessas melhorias para fazer face ao crescimento do comércio internacional;

Or. en

Alteração 23 Lidia Joanna Geringer de Oedenberg

Projeto de parecer N.º 3-B (novo)

Projeto de parecer

Alteração

3-B. Observa, além disso, que o acesso a informações relativas a diversas medidas, tais como tamanho do vestuário ou o número do calçado, é indispensável para facilitar o comércio digital;

Or. en

Alteração 24 Dita Charanzová, Jasenko Selimovic

Projeto de parecer N.º 3-C (novo)

Projeto de parecer

Alteração

3-C. Solicita à Comissão que diligencie no sentido do alargamento do acordo da OMC sobre tecnologias de informação a um maior número de produtos e a mais

Alteração 25 Evelyne Gebhardt

Projeto de parecer N.º 4

Projeto de parecer

4. Consideraque, no âmbito das políticas relacionadas com os contratos públicos, o comérciodigital deve ser ainda mais facilitado, nomeadamente tirando partido das possibilidades de prestação de serviços à distância;

Alteração

4. Considera a conveniência de tomar medidas para facilitar ainda mais o comércio eletrónico no âmbito das políticas relacionadas com os contratos públicos, nomeadamente tirando partido das possibilidades de prestação de serviços à distância e permitindo que as empresas europeias possam também beneficiar de um acesso equitativo aos contratos públicos e privados;

Or. de

Alteração 26 Maria Grapini

Projeto de parecer N.º 4

Projeto de parecer

4. Considera que, no âmbito das políticas relacionadas com os contratos públicos, *o comércio digital deve ser ainda mais facilitado*, nomeadamente tirando partido das possibilidades de prestação de serviços à distância;

Alteração

4. Considera que é conveniente tomar medidas para facilitar ainda mais o comércio eletrónico no âmbito das políticas relacionadas com os contratos públicos, nomeadamente tirando partido das possibilidades de prestação de serviços à distância, particularmente no sentido de melhorar o acesso das PME aos contratos públicos;

Or. ro

Alteração 27 Lidia Joanna Geringer de Oedenberg

Projeto de parecer n.º4

Projeto de parecer

4. Considera que, no âmbito das políticas relacionadas com os contratos públicos, o comérciodigital deve ser ainda mais facilitado, nomeadamente tirando partido das possibilidades de prestação de serviços à distância;

Alteração

4. Considera que é conveniente tomar medidas para facilitar ainda mais o comércio eletrónico no âmbito das políticas relacionadas com os contratos públicos, nomeadamente tirando partido das possibilidades de prestação de serviços à distância, sem prejuízo das disposições da União relativas à proteção dos dados e ao respeito da vida privada;

Or. en

Alteração 28 Philippe Juvin

Projeto de parecer N.º 5

Projeto de parecer

5. Salienta que a melhor forma de facilitar o comércio digital é através de um intercâmbio aberto de dados, sem restrições geográficas; considera que a supressão dos requisitos de localização de dados deve ser uma prioridade, salientando, simultaneamente, que a legislação pertinente em matéria de proteção de dados deve ser respeitada;

Alteração

Suprimido

Or. fr

Alteração 29 Jan Philipp Albrecht, Viviane Reding

Projeto de parecer N.º 5

Projeto de parecer

5. Salienta que a melhor forma de facilitar o comércio digital é através de um intercâmbio aberto de dados, sem restrições geográficas; considera que a supressão dos requisitos de localização de dados deve ser uma prioridade, salientando, simultaneamente, que a legislação pertinente em matéria de proteção de dados deve ser respeitada;

Alteração

Salienta que a melhor forma de facilitar o comércio digital é através de um intercâmbio aberto de dados, sem restrições geográficas; salienta a necessidade de garantir que as transferências transfronteiras de dados pessoais estejam em conformidade com o atual e futuro quadro jurídico da UE, em especial através de decisões de adequação; solicita a inclusão nos acordos comerciais da UE de uma disposição horizontal que mantenha integralmente o direito de uma Parte a proteger os dados pessoais e a vida privada, com a única condição de que este direito não seja utilizado com o intuito de restringir os fluxos de dados por motivos não relacionados com a proteção dos dados pessoais; considera que a supressão dos requisitos injustificados de localização de dados deve igualmente constituir uma prioridade absoluta, e solicita, por conseguinte, a inclusão nos acordos comerciais da UE de uma segunda disposição que impossibilite tais requisitos injustificados de localização de dados;

Or. en

Alteração 30 Dita Charanzová, Jasenko Selimovic, Morten Løkkegaard, Kaja Kallas

Projeto de parecer N.º 5

Projeto de parecer

5. Salienta que a melhor forma de facilitar o comércio digital é através de um intercâmbio aberto de dados, sem restrições geográficas; considera que a supressão dos requisitos de localização de dados deve ser uma prioridade, salientando, simultaneamente, que a legislação pertinente em matéria de proteção de dados deve ser respeitada;

Alteração

5. Salienta que a melhor forma de facilitar o comércio digital é através de um intercâmbio aberto de dados, sem restrições geográficas; considera que a supressão dos requisitos de localização de dados deve ser uma prioridade, salientando, simultaneamente, que a legislação pertinente em matéria de proteção de dados deve ser respeitada; *lamenta as tentativas de utilização de tais*

PE608.017v01-00 16/21 AM\1130544PT.docx

requisitos como uma forma de barreiras não pautais ao comércio e como uma forma de protecionismo digital; considera que o primeiro passo no sentido de uma proibição a nível mundial dos requisitos de localização de dados deve ser uma proibição à escala da União dentro do mercado único e o estabelecimento da livre circulação de dados como uma «quinta liberdade» na Europa e apoia todos as iniciativas da Comissão neste domínio; solicita a criação de uma convenção internacional sobre fluxos de dados, para além dos acordos bilaterais sobre a livre circulação de dados;

Or. en

Alteração 31 Birgit Collin-Langen

Projeto de parecer N.º 5-A (novo)

Projeto de parecer

Alteração

5-A. Salienta que as divergências entre os regimes fiscais nacionais geram uma diversidade de custos fiscais e de conformização e constituem um obstáculo à participação no comércio digital, em especial para as PME e empresas emergentes que desejam dedicar-se a atividades comerciais transfronteiras;

Or. de

Alteração 32 Dita Charanzová, Jasenko Selimovic, Morten Løkkegaard, Kaja Kallas

Projeto de parecer N.º 5-A (novo)

Projeto de parecer

Alteração

5-A. Insta a Comissão a fazer do

comércio digital e dos fluxos de dados parte integrante de todos os futuros mandatos de negociação comercial; convida, além disso, a Comissão a procurar, sempre que possível, incluir nos acordos em vigor anexos sobre o comércio digital e os fluxos de dados;

Or. en

Alteração 33 Philippe Juvin

Projeto de parecer N.º 5-A (novo)

Projeto de parecer

Alteração

5-A. Salienta que o intercâmbio de dados abertos deve respeitar os princípios de proteção da propriedade intelectual;

Or. fr

Alteração 34 Birgit Collin-Langen

Projeto de parecer N.º 5-B (novo)

Projeto de parecer

Alteração

5-B. Salienta que os novos desafios do comércio digital devem também ser tidos em conta na formação, que é importante para os consumidores e as empresas;

Or. de

Alteração 35 Jiří Pospíšil

Projeto de parecer N.º 6

PE608.017v01-00 18/21 AM\1130544PT.docx

Projeto de parecer

6. Reconhece que as negociações comerciais multilaterais a nível internacional sobre o comércio digital não estão tão avançadas quanto os debates comparáveis no domínio do Mercado Único Digital; recomenda que, pelo menos a nível bilateral, a Comissão elabore as suas posições sobre a evolução previsível do comércio digital, incluindo o alargamento da proteção do consumidor, o comércio de produtos em que as barreiras entre os bens e serviços são imprecisos (por exemplo, a impressão 3D) e os bens com importantes componentes digitais (por exemplo, veículos conectados).

Alteração

6. Reconhece que as negociações comerciais multilaterais a nível internacional sobre o comércio digital não estão tão avançadas quanto os debates comparáveis no domínio do Mercado Único Digital; recomenda que, pelo menos a nível bilateral, a Comissão elabore as suas posições sobre a evolução previsível do comércio digital, incluindo a adaptação adequada da proteção do consumidor, o comércio de produtos em que as barreiras entre os bens e serviços são imprecisos (por exemplo, a impressão 3D) e os bens com importantes componentes digitais (por exemplo, veículos conectados).

Or. en

Alteração 36 Maria Grapini

Projeto de parecer N.º 6-A (novo)

Projeto de parecer

Alteração

6-A. Salienta que as medidas previstas para a estratégia para o Mercado Único Digital devem igualmente ter em conta a necessidade de melhorar as competências digitais dos cidadãos e das PME, sobretudo nas zonas rurais e nas economias menos desenvolvidas;

Or. ro

Alteração 37 Dita Charanzová, Jasenko Selimovic

Projeto de parecer N.º 6-A (novo)

Projeto de parecer

Alteração

6-A. Apoia a ideia de tornar permanente a atual moratória da OMC relativa aos direitos aduaneiros sobre as transmissões eletrónicas;insta os Estados-Membros a defenderem os interesses europeus contra quaisquer tentativas por parte de países terceiros de gerar receitas a partir desses direitos;

Or. en

Alteração 38 Dita Charanzová, Jasenko Selimovic, Morten Løkkegaard, Kaja Kallas

Projeto de parecer N.º 6-B (novo)

Projeto de parecer

Alteração

6-B. Sublinha o valor da economia colaborativa, tanto no mercado único como entre as empresas da UE e os consumidores e as empresas situadas fora da UE; considera que o crescimento global deste tipo de comércio deve ser considerado positivo para o futuro do comércio;

Or. en

Alteração 39 Dita Charanzová, Jasenko Selimovic, Morten Løkkegaard

Projeto de parecer N.º 6-C (novo)

Projeto de parecer

Alteração

6-C. Toma nota da Conferência Ministerial da OMC prevista para dezembro de 2017 em Buenos Aires; solicita à Comissão que proceda, com a maior celeridade possível, a consultas com as empresas europeias e os Estados-Membros sobre a posição da Comissão sobre o comércio eletrónico e outras questões relativas ao comércio

digital que devem ser decididas na conferência, no sentido de que seja obtida uma posição europeia comum;

Or. en

Alteração 40 Dita Charanzová, Jasenko Selimovic, Morten Løkkegaard, Kaja Kallas

Projeto de parecer N.º 6-D (novo)

Projeto de parecer

Alteração

6-D. Salienta a importância das normas internacionais sobre os equipamentos e os serviços digitais, em especial no domínio da cibersegurança; solicita à Comissão que diligencie no sentido de garantir a introdução de medidas de cibersegurança de base nos produtos da «Internet das Coisas» e nos serviços de computação em nuvem;

Or. en